

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

GBS Participações S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

GBS Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas

Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
GBS Participações S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GBS Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que conforme balanço patrimonial, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 564.709 mil na controladora e R\$ 410.949 mil no consolidado em 31 de dezembro de 2023. O capital circulante líquido está afetado substancialmente pela reclassificação de determinadas dívidas, no montante de R\$ 599.645 mil para o curto prazo, em virtude do descumprimento de convenants financeiros. Conforme apresentado na referida nota explicativa, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.2 indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as controladas da Companhia avaliam que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo contratual pela contrapartida da receita de infraestrutura, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que as controladas da Companhia passem a ter um direito incondicional de receber caixa. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2023, o saldo do ativo contratual consolidado da Companhia era de R\$ 1.903.800 mil. O ativo contratual refere-se ao direito das controladas da Companhia à contraprestação em decorrência dos investimentos realizados na construção da infraestrutura das linhas de transmissão de suas controladas, incluindo margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita de remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo contratual e da receita das controladas da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.4, requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle sobre o direito de uso dos ativos. Adicionalmente, a mensuração do progresso das controladas da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra e margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação dos procedimentos relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pelas controladas da Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP) e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos das controladas da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de suficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pelas controladas Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo contratual das controladas da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo contratual e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

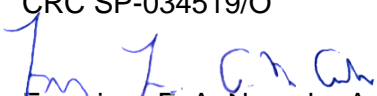
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE026317/O

GBS Participações S.A.

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	8.366	81.236	69.814	147.776
Concessionárias e permissionárias	6	-	-	14.198	7.189
Ativo de concessão	7	-	-	148.314	134.086
Prêmio de seguro		-	-	1.691	1.341
Tributos e contribuições a compensar		291	981	920	1.321
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	-	-	8	502
Dividendos a receber	10	4.722	3.862	-	-
Partes relacionadas	9	51.282	50.470	51.282	50.470
Outros		-	4.366	-	4.366
Total do ativo circulante		64.661	140.915	286.227	347.051
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Ativo da concessão	7	-	-	1.755.486	1.613.240
Adiantamento a fornecedores e funcionários	8	353	-	6.105	45.483
Prêmio de seguro		-	-	36	297
		353	-	1.761.627	1.659.020
Investimentos	10	1.224.153	1.126.896	-	-
		1.224.153	1.126.896	-	-
Total do ativo não circulante		1.224.506	1.126.896	1.761.627	1.659.020
Total do ativo		1.289.167	1.267.811	2.047.854	2.006.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	11	5.164	539	28.437	87.429
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	622.369	-	651.873	6.030
Tributos e contribuições sociais		9	17	1.010	1.665
Imposto de renda e contribuição social		-	-	1.064	199
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	5.808	4.894
Salários e encargos sociais		-	-	4.419	7.812
Encargos setoriais		-	-	1.018	327
Dividendos a pagar		1.828	1.828	1.828	1.828
Outras contas a pagar		-	-	1.719	46
Total do passivo circulante		629.370	2.384	697.176	110.230
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	-	598.964	545.772	1.101.119
Provisão para contingências	21	-	-	17.726	13.213
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	58.638	56.683
PIS e COFINS diferidos	13	-	-	68.745	58.363
Total do passivo não circulante		-	598.964	690.881	1.229.378
Patrimônio líquido					
Capital social		475.820	475.820	475.820	475.820
Reservas de lucros		183.977	190.643	183.977	190.643
		659.797	664.463	659.797	664.463
Total do patrimônio líquido	14	659.797	666.463	659.797	666.463
Total do passivo e patrimônio líquido		1.289.167	1.267.811	2.047.854	2.006.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita de implementação da infraestrutura líquida		-	-	92.964	754.602
Remuneração do ativo de concessão líquido		-	-	161.515	89.486
Receita de operação e manutenção líquida		-	-	6.043	5.048
Receita operacional líquida	15	-	-	260.522	849.136
Custo de implementação de infraestrutura	16	-	-	(90.931)	(544.766)
Custo de operação e manutenção	17	-	-	(10.620)	(4.400)
Lucro bruto		-	-	158.971	299.970
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(385)	(1.618)	(15.230)	(13.714)
Outras receitas/(despesas)	19	-	-	8.589	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	90.461	264.113	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		90.076	262.495	152.330	286.256
Receitas financeiras	20	450	967	4.683	6.870
Despesas financeiras	20	(97.192)	(67.920)	(157.337)	(68.824)
Resultado financeiro líquido		(96.742)	(66.953)	(152.654)	(61.954)
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		(6.666)	195.542	(324)	224.302
Imposto de renda e contribuição social corrente	13	-	-	(4.384)	(2.217)
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	-	-	(1.958)	(26.543)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(6.666)	195.542	(6.666)	195.542

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>(6.666)</u>	<u>195.542</u>	<u>(6.666)</u>	<u>195.542</u>
Total de resultados abrangentes	<u>(6.666)</u>	<u>195.542</u>	<u>(6.666)</u>	<u>195.542</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	- (*)	-	-	(3.071)	(3.071)	100	(2.971)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital conforme AGE de 11 de fevereiro de 2022	447.016	-	-	-	447.016	(100)	446.916
Aumento de capital conforme AGE de 09 de março de 2022	2.170	-	-	-	2.170	-	2.170
Aumento de capital conforme AGE de 18 de março de 2022	25.000	-	-	-	25.000	-	25.000
Aumento de capital conforme AGE de 01 de setembro de 2022	1.634	-	-	-	1.634	-	1.634
Lucro líquido do exercício	-	-	-	195.542	195.542	-	195.542
Constituição de reserva legal	-	9.624	-	(9.624)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.828)	(1.828)	-	(1.828)
Constituição das reservas de retenção de lucros	-	-	181.019	(181.019)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	475.820	9.624	181.019	-	666.463	-	666.463
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.666)	(6.666)	-	(6.666)
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	(6.666)	6.666	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	475.820	9.624	174.353	-	659.797	-	659.797

(*) O Capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 100 reais, constituídos em 23 de agosto de 2021.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GBS Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	(6.666)	195.542	(324)	224.302
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao caixa gerado (usado) nas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	(90.461)	(264.113)	-	-
PIS e COFINS diferidos	-	-	11.296	30.414
Constituição de provisão para contingências	-	-	4.513	13.213
Atualizações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	28.850	-	39.337	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	45.289	54.412	79.451	89.139
Apropriação dos custo de captação de debentures	2.635	4.000	2.706	4.000
Decréscimo (acrécimo) de ativos				
Ativo de concessão	-	-	(156.474)	(847.493)
Concessionárias e permissionárias	-	-	(7.009)	(7.189)
Tributos a compensar	690	(981)	401	(916)
Prêmio de seguro	-	-	(89)	13
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(353)	94	39.872	88.269
Partes relacionadas	(812)	(679)	(812)	(679)
Outros	4.366	(5.793)	4.366	(5.509)
Acrécimo (decrécimo) de passivos				
Fornecedores	4.625	539	(58.992)	(114.642)
Tributos e contribuições sociais	(8)	(249)	(655)	(3.392)
Salários e encargos sociais	-	-	(3.393)	7.466
Encargos setoriais	-	-	691	-
Outros	-	-	1.673	(2.688)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(3.522)	1.037
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(11.845)	(17.228)	(46.964)	(524.655)
Aportes de capital em controladas	-	(400.229)	-	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital	(7.656)	(19.500)	-	-
Caixa proveniente de controlada adquirida	-	-	-	49.094
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(7.656)	(419.729)	-	49.094
Redução de capital social	-	30.231	-	30.231
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	600.000	61.207	828.736
Custo de captação de debentures	-	(32.757)	-	(33.256)
Amortização de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(8.266)	(58.435)	(15.584)	(171.918)
Amortização de juros de empréstimos, financiamentos e debêntures	(45.103)	(20.851)	(76.621)	(30.461)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	(53.369)	518.188	(30.998)	623.332
Varição do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(72.870)	81.231	(77.962)	147.771
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.236	5	147.776	5
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.366	81.236	69.814	147.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A GBS Participações S.A. (“Companhia” ou “GBS”), é uma Companhia *holding* nacional, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de setembro de 2021, e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sede na Av. Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, Edifício Berrini One, andar 12 - Sala E - Cidade Monções, no município de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Grid 5 Limited, ambas sediadas na Índia.

As companhias Borborema Transmissão de Energia S.A. (“Borborema”), Goyaz Transmissão de Energia S.A. (“Goyaz”) e Solaris Transmissão de Energia S.A. (“Solaris”) são controladas da GBS Participações e têm o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A controladora da Companhia Sterlite Brazil Participações S.A. (holding), realizou reorganização societária de suas controladas, e como consequência, em 11 de fevereiro de 2022, as Companhias Goyaz Transmissora de Energia S.A., Borborema Transmissora de Energia S.A. e Solaris Transmissora de Energia S.A. passaram a ser controladas pela Companhia, por meio da transferência de 100% das ações destas controladas. Os saldos das controladas na data base da transferência do controle estão mencionados na Nota 4.

1.2. Das Concessões

As controladas da Companhia possuem o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessões de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP ciclo 23-24	
				Prazo (anos)	Próxima		R\$	Mês Base
Borborema	15/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	47.235	02/2018
Goyaz	23/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	58.636	02/2018
Solaris	31/2018	30	21/09/2048	5	2025	IPCA	34.227	02/2018

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

Borborema

O projeto da Borborema consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado da Paraíba:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 500kV, entre as subestações de Campina Grande III e João Pessoa II, em circuito simples, com extensão aproximada de 123 km;
- (ii) Subestação João Pessoa II 500/230-13,8 kV - (3+1R) x 150MVA e 230/69kV - 2 x 150 MVA; e
- (iii) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, reatores de linha e respectiva conexão, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Goyaz

O projeto da Goyaz consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Goiás:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Edéia e Cachoeira Dourada, em circuito simples, com extensão aproximada de 150 km;
- (ii) Novo pátio em 345kV na Subestação Pirineus, no Estado do Goiás, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 345/230-13,8 kV;
- (iii) Compensador Estático – CE (-75/+150) Mvar no setor de 230 kV da SE Barro Alto; e
- (iv) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Solaris

O projeto da Solaris consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Minas Gerais:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Janaúba 3 e Jaíba, em circuito duplo, com extensão aproximada de 93 km;
- (ii) Subestação Jaíba com pátio de 230/13813,8 kV, (6+1 Res) x 33,3 MVA;
- (iii) Subestação Janaúba 3 com pátio de 500/230-13,8 kV, (6+1 Res) x 100 MVA;
- (iv) Linha de transmissão em corrente alternada em 345kV, entre as subestações de Pirapora 2 e Três Marias, em circuito simples, com extensão aproximada de 112,2 km; e

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a setembro do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Borborema

O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.700 (R\$47.235 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão.

Em junho de 2022 os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP do 21,86%) da Borborema foram energizados.

Em 09 de setembro de 2021 a SCT emitiu a Nota Técnica nº 689/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759 de 13 de outubro de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 015/2018, de forma específica na Subestação João Pessoa II, referente a instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV - 3 x 150MVA e a complementação do módulo geral em 500 kV da SE João Pessoa II, conforme a Resolução Autorizativa.

A Tabela 1 apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020:

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional—Continuação

1.3. Receita Anual Permitida – RAP - Continuação

Tabela 1 - investimento (R\$), O&M (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020	RAP Atualizada
SE 500/230 kV João Pessoa II Instalação do 2º banco de transformadores 500/230 kV, 3x 150 MVA cada, respectivas conexões, 01 integração de barras 500 kV, arranjo DJM, para adequar a conexão do 1º banco de transformadores.	87.713.179,14	2,0	10.759.038,21	4.1, a.	12.021.203,90
Total	87.713.179,14	-	10.759.038,21	-	12.021.203,90

Referência de preço: junho de 2021.

Na Portaria MME nº 1.111/SPE/MME de 15 de dezembro de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.759, de 13 de outubro de 2021, de titularidade da empresa Borborema Transmissão de Energia S.A.

Em junho de 2022 os elementos 1 (LT 500kV Campina Grande III - João Pessoa II e SE João Pessoa II setor de 500kV e transformação 500/230-13,8kV (com Parcela de RAP de 67,71%) e elemento 3 (SE João Pessoa II setores 230/69kV com parcela de RAP do 21,86%) da Borborema foram energizados.

Goyaz

O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$25.320 (R\$34.227 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão.

Em junho de 2022 a LT 230 KV Edéia - Cachoeira Dourada foi entregue à operação comercial (com Parcela de RAP de 36,6%). Em 30 de maio de 2023, as demais instalações foram entregues à operação comercial. Em 31 de dezembro de 2023 a Goyaz se encontra 100% em operação comercial.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional—Continuação

1.3. Receita Anual Permitida – RAP - Continuação

Solaris

Em 18 de março de 2021, a SCT emitiu a Nota Técnica nº 120/2021, que subsidiou a emissão da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860 de 30 de março de 2021, autorizando a implantação de reforços nas instalações objeto do Contrato de concessão nº 031/2018, de forma específica na Subestação Janaúba 3, referente a instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV - 3 x 100MVA cada, conforme a Resolução Autorizativa.

A Tabela abaixo apresenta os valores de investimentos para fins de autorização do Reforço pela ANEEL, o percentual de O&M adotado, a respectiva parcela adicional de RAP, considerando o perfil plano para a receita, e o enquadramento do empreendimento segundo a seção 3.1 do Módulo 3 da REN nº 905, de 2020.

Tabela 1 - investimento (R\$), O&M (%) e RAP (R\$).

Empreendimento	Investimento	O&M	RAP	REN 905/2020
SE 500/230 kV Janaúba 3 Instalação dos 3º e 4º bancos de transformadores 500/230 kV, 3x 100 MVA cada, respectivas conexões, 2 interligações de barra 500 kV e 2 MIMs 500 kV.	94.973.138,65	2,0	12.869.730,48	4.1, a.
Total	94.973.138,65	-	12.869.730,48	-

Referência de preço: junho de 2020.

Na Portaria MME nº 778/SPE/MME de 28 de junho de 2021, o MME aprovou o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de reforços em instalação de transmissão de energia elétrica, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 9.860, de 30 de março de 2021, de titularidade da empresa Solaris Transmissão de Energia S.A.

O contrato de concessão assegura RAP no montante de R\$31.430 (R\$58.636 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-24), a partir da entrada em operação das linhas de transmissão.

Em junho de 2022, 50% do elemento 2 SE 500/230 kV Janaúba 3 com Parcela RAP de 26,64% da Solaris foi energizado, e em 9 de julho 100% do elemento 2 foi concluído. A Solaris em setembro de 2022, encontra-se 100% em operação, antecedendo assim ao prazo estipulado pela ANEEL de março de 2023 e, ainda, um escopo adicional de reforço previsto para fevereiro de 2023 também antecedendo ao prazo ANEEL de outubro de 2023.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional—Continuação

1.3. Receita Anual Permitida – RAP - Continuação

A Solaris, em julho 2022, entrou parcialmente em operação comercial equivalente a 29,22% da parcela de RAP original. Em setembro de 2022, as demais instalações foram entregues à operação comercial.

Adicionalmente, há um escopo adicional de reforço de 2 transformadores 500/230 -13.8 kV na SE Janaúba 3, que foi entregue à operação em janeiro 2023, aumentando a RAP de Solaris em 38% em relação ao valor da RAP original.

Em 31 de dezembro de 2023, a Solaris se encontra 100% em operação.

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo artigo 13 da Lei nº 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas devem recolher diretamente à ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As controladas da Companhia aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas— Continuação

2.1. Base de elaboração e apresentação--Continuação

A Companhia e suas controladas não possuem outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela diretoria em 12 de abril de 2024.

2.2. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 564.709 na controladora e R\$ 410.949 no consolidado (positivo em R\$ 138.531 na controladora e positivo em R\$ 236.821 no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

O capital circulante negativo é decorrente da reclassificação para o passivo circulante, nos montantes de R\$ 599.745 na controladora e consolidado, respectivamente correspondentes aos saldos de debêntures, anteriormente apresentados no não circulante, em função do não cumprimento de determinadas cláusulas restritivas “covenants” previstas na escritura das referidas debêntures, que ensejam na possibilidade da exigência do vencimento antecipado de tal dívida, por meio de deliberação da Assembleia Geral dos Debenturistas (“AGD”). A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da “AGD” para solicitação de perdão temporário “waiver”. A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das debêntures. Vide mais informações na Nota 12.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma outra incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - - Continuação

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas pela moeda funcional que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam.

2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (Nota 13); e
- Contabilização de contratos de concessão (Nota 7).

Na contabilização dos contratos de concessão, as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas— Continuação

2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração das controladas da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida à receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, que foi de 9,44%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que as controladas da Companhia têm direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando em uma margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas— Continuação

2.4. Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas—Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação, operação e manutenção da infraestrutura e à receita de remuneração dos ativos da concessão.

2.5. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia GBS Participações S.A. e suas controladas.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas— Continuação

2.5. Procedimentos de consolidação

As controladas são todas as Companhias nas quais a GBS Participações S.A. detém o controle e, são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle, sua consolidação é interrompida.

Em 31 de dezembro de 2023, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Participação % 31/12/2023	Participação % 31/12/2022
Borborema Transmissão de Energia S.A. ("Borborema")	100	100
Goyaz Transmissão de Energia S.A. ("Goyaz")	100	100
Solaris Transmissão de Energia S.A. ("Solaris")	100	100

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das Informações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as Companhias consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48, os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia e suas controladas apresentam os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa e concessionárias e permissionárias, e os passivos financeiros estão relacionados a fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48, o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas Companhias e suas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em sua operação. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente, de forma que esses valores a receber, registrados na rubrica “Serviços de O&M”, são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

b) Ativo de concessão - contratual

As concessões das controladas da Companhia foram classificadas dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que as controladas da Companhia operam e mantêm a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto e (ii) atualizado pelo IPCA.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de concessão e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) cumulativos, registrados na conta “Impostos diferidos” no passivo não circulante.

3.4. Investimentos

A Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

3.5. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.6. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.8. Dividendos e juros sobre capital próprio

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

3.9. Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela administração no processo de tomada de decisão.

A administração da Companhia entende que, embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura, e de operação e manutenção, considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.10. Provisão para redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas das controladas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

i) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, as controladas da Companhia utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

ii) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de 9,44%, que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa

iii) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo, pois resultam em benefícios econômicos futuros.

3.13. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas conforme legislação vigente, reconhecidas na demonstração do resultado e incluem correntes e diferidos. O tributo corrente é o tributo a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado, devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, no Brasil aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável. A GBS Participações S.A. optou pelo regime de tributação com base no lucro real.

As controladas da Companhia optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido, conforme permitido pela legislação tributária, que consiste em um método para se obter o lucro tributável. No Brasil o lucro tributável por esse método é obtido aplicando o percentual de presunção de 8%, para o imposto de renda, e de 12%, para a contribuição social, sobre a receita bruta acrescida de 100% das receitas financeiras. Adicionalmente as controladas optantes por esse regime de tributação não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, exceto nos casos em que já existe plano de mudança do regime de tributação cujos efeitos são mensuráveis, e não estão inseridas no contexto da não cumulatividade na apuração do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.14. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.16. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2023 as normas abaixo, entretanto, não há efeito material nas demonstrações financeiras.

- IFRS 17 – Contratos de Seguro: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.

4.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia e suas controladas pretendem adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

4. Normas e interpretações novas e revisadas pelo IASB --Continuação

- Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06);
- Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente;
- Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2023</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa e depósitos bancários	766	62.519	16.488	76.879
Aplicações financeiras (i)	7.600	18.717	53.326	70.897
	<u>8.366</u>	<u>81.236</u>	<u>69.814</u>	<u>147.776</u>

- (i) As aplicações financeiras estão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, remuneradas em 2023 pelo CDI, entre 70% e 98% (97% em 31 de dezembro de 2022), cuja rentabilidade na controladora foi de R\$ 450 e no consolidado foi de R\$ 4.608 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 967 na controladora e R\$ 6.870 no consolidado em 31 de dezembro de 2022).

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

6. Concessionárias e permissionárias

	Consolidado	
	2023	2022
Concessionárias e permissionárias	14.198	7.189
	14.198	7.189

As controladas da Companhia iniciaram-se os faturamentos da RAP a partir de: Solaris: junho de 2022, Goyaz: julho de 2022 e Borborema: setembro de 2022.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, a avaliação e monitoramento do risco de crédito são garantidas por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

7. Ativo de concessão

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	1.747.326	-
Ativo adquirido com a aquisição das Controladas	-	899.833
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	98.755	766.125
Remuneração do ativo de concessão	169.806	107.700
Receita de operação e manutenção	9.892	6.581
(-) Faturamento	(121.979)	(32.913)
Saldo final	1.903.800	1.747.326
Circulante	148.314	134.086
Não circulante	1.755.486	1.613.240

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

8. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a funcionários	-	-	8	8
Adiantamento a fornecedores	353	-	6.105	45.977
	<u>353</u>	<u>-</u>	<u>6.113</u>	<u>45.985</u>
Circulante	-	-	8	502
Não circulante	353	-	6.105	45.483

Os saldos de adiantamentos a fornecedores consolidados serão realizados conforme apresentação dos custos finais das obras dos projetos das transmissoras.

9. Partes Relacionadas

	Ativo			
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante				
Sterlite Brazil Participações S.A.	51.282	50.470	51.282	50.470
Total	<u>51.282</u>	<u>50.470</u>	<u>51.282</u>	<u>50.470</u>

A Companhia possui operação a receber junto à sua controladora Sterlite Brazil Participações S.A., integrante do grupo Sterlite, referente a empréstimo concedido sem juros, tendo apenas atualização de IOF no período de vigência. Foi realizado por meio de contrato simples entre as partes integrantes do mesmo grupo econômico, com vencimento em 30 de setembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023 não houve pagamento de remuneração aos administradores da Companhia.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

10. Investimentos

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas)

31/12/2023						
<u>Investidas</u>	<u>Qtde. de ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado (%)</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido</u>
Borborema	164.458.647	100	675.651	314.914	360.737	41.652
Goyaz	348.870.449	100	474.049	51.001	423.048	16.070
Solaris	186.491.109	100	837.862	397.494	440.368	32.739
Total			1.987.562	763.409	1.224.153	90.461

31/12/2022						
<u>Investidas</u>	<u>Qtde. de ações ordinárias possuídas</u>	<u>Participação no capital integralizado (%)</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido (*)</u>
Borborema	164.458.647	100	590.074	278.249	311.825	72.392
Goyaz	348.870.449	100	463.114	55.983	407.131	38.884
Solaris	186.491.109	100	815.828	407.888	407.940	152.837
Total			1.869.016	742.120	1.126.896	264.113

(*) Resultado do período compreendido entre 11 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022, data em que as investidas passaram a ser Controladas pela Companhia.

b) Movimentação dos investimentos

<u>Investidas</u>	<u>Valor do Investimento em 31/12/22</u>	<u>Aquisição de investimento</u>	<u>Aportes de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Valor do Investimento em 31/12/23</u>
Borborema	311.825	-	-	41.652	(396)	7.656	360.737
Goyaz	407.131	-	-	16.070	(153)	-	423.048
Solaris	407.940	-	-	32.739	(311)	-	440.368
Total	1.126.896	-	-	90.461	(860)	7.656	1.224.153

<u>Investidas</u>	<u>Valor do Investimento em 31/12/21</u>	<u>Aquisição de investimento</u>	<u>Aportes de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial (*)</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Valor do Investimento em 31/12/22</u>
Borborema	-	178.701	41.958	72.392	(726)	19.500	311.825
Goyaz	-	99.137	269.498	38.884	(388)	-	407.131
Solaris	-	167.843	88.773	152.837	(1.513)	-	407.940
Total	-	445.681	400.229	264.113	(2.627)	19.500	1.126.896

(*) As investidas passaram a ser controladas pela Companhia a partir de 11 de fevereiro de 2022, desta forma a equivalência patrimonial considera o resultado acumulado das investidas do período compreendido entre 11 de fevereiro de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

10. Investimentos--Continuação

c) Dividendos a receber

Investida	2023	2022
Borborema	1.576	1.180
Goyaz	712	559
Solaris	2.434	2.123
Total	4.722	3.862

11. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores de materiais e serviços (i)	5.164	539	11.887	539
Relacionados a implementação da infraestrutura	-	-	9.151	76.445
Retenções contratuais (ii)	-	-	7.399	10.446
	5.164	539	28.437	87.429

(i) O saldo na rubrica de fornecedores refere-se basicamente a fianças bancárias.

(ii) As retenções contratuais, são mecanismos de garantia de cumprimentos das cláusulas nos contratos de aquisições, são negociadas no momento da contratação um percentual variável que será ser aplicado nos pagamentos efetuados. Os valores retidos, serão ressarcidos às contratadas proporcionalmente quando da conclusão e aceitação da contratante da integralidade da lista de pendência.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

a) Os empréstimos, financiamentos e debêntures são compostos da seguinte forma

Credor	Companhia	Encargos	Data final	Controladora		Consolidado	
				2023	2022	2023	2022
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 2,1512%	01/09/2041	-	-	17.336	9.379
Banco Banco do Brasil	Borborema	IPCA + 3,1635%	01/09/2041	-	-	41.216	26.885
Total Banco Banco do Brasil				-	-	58.552	36.264
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 1,7577%	15/02/2045	-	-	85.193	74.134
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Solaris	IPCA + 2,1482%	15/02/2045	-	-	62.130	54.064
BNB - Banco do Nordeste prioritário	Borborema	IPCA + 1,4541%	15/12/2040	-	-	114.154	102.677
BNB - Banco do Nordeste não prioritário	Borborema	IPCA + 1,7772%	15/12/2040	-	-	17.604	15.836
Total BNB				-	-	279.081	246.711
Debentures	GBS	IPCA + 7,2731%	31/03/2024	622.369	598.964	622.369	598.964
Debentures	Borborema	IPCA + 6,10%	16/01/2045	-	-	59.739	55.268
Debentures	Solaris	IPCA + 6,40%	15/01/2045	-	-	177.904	169.942
Total debêntures				622.369	598.964	860.012	824.174
Total				622.369	598.964	1.197.645	1.107.149
Circulante				622.369	-	651.873	6.030
Não circulante				-	598.964	545.772	1.101.119

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures --Continuação

b) Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

<u>Empréstimo</u>	<u>Empresa</u>	<u>Controladora</u>								
		<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Captações e adições</u>	<u>Custos de captação</u>	<u>Apropriação dos custos de captação</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Juros</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Amortização dos juros</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
Debêntures	GBS	598.964	-	-	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369
Total		598.964	-	-	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369

<u>Empréstimo</u>	<u>Empresa</u>	<u>Controladora</u>								
		<u>Saldo em 31/12/2021</u>	<u>Captações e adições</u>	<u>Custos de captação</u>	<u>Apropriação dos custos de captação</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Juros</u>	<u>Amortização do principal</u>	<u>Amortização dos juros</u>	<u>Saldo em 31/12/2022</u>
CCB Banco Modal, Ponte)	GBS	52.595	-	-	4.000	-	1.840	(58.435)	-	-
Debêntures	GBS	-	600.000	(32.757)	-	19.002	33.570	-	(20.851)	598.964
Total		52.595	600.000	(32.757)	4.000	19.002	35.410	(58.435)	(20.851)	598.964

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures --Continuação

Consolidado										
Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2022	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2023
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	102.677	15.658	-	16	-	6.599	(4.131)	(6.665)	114.154
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	15.836	2.415	-	-	-	1.065	(637)	(1.075)	17.604
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	9.379	8.404	-	1	-	844	(721)	(571)	17.336
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	26.885	15.332	-	54	-	2.656	(1.829)	(1.882)	41.216
Debêntures	Borborema	55.268	-	-	-	2.685	3.534	-	(1.748)	59.739
BNB – Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	74.134	11.220	-	-	-	4.895	-	(5.056)	85.193
BNB – Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	54.064	8.178	-	-	-	3.759	-	(3.871)	62.130
Debêntures	Solaris	169.942	-	-	-	7.802	10.810	-	(10.650)	177.904
Debêntures	GBS	598.964	-	-	2.635	28.850	45.289	(8.266)	(45.103)	622.369
Total		1.107.149	61.207	-	2.706	39.337	79.451	(15.584)	(76.621)	1.197.645

Consolidado											
Empréstimo	Empresa	Saldo em 31/12/2021	Aquisições de investimentos	Captações e adições	Custos de captação	Apropriação dos custos de captação	Atualização monetária	Juros	Amortização do principal	Amortização dos juros	Saldo em 31/12/2022
BNB - Banco do Nordeste, prioritário	Borborema	-	85.285	18.035	-	-	-	6.251	-	(6.894)	102.677
BNB - Banco do Nordeste, não prioritário	Borborema	-	13.014	2.781	-	-	-	1.147	-	(1.106)	15.836
Banco do Brasil - FDNE I	Borborema	-	-	9.379	-	-	-	-	-	-	9.379
Banco do Brasil - FDNE II	Borborema	-	-	26.885	-	-	-	-	-	-	26.885
Debêntures	Borborema	-	50.145	-	(499)	-	2.616	3.008	-	-	55.268
BNB – Banco do Nordeste Prioritário	Solaris	-	-	73.852	-	-	-	1.201	-	(919)	74.134
BNB – Banco do Nordeste Não Prioritário	Solaris	-	-	53.804	-	-	-	951	-	(691)	54.064
Debêntures	Solaris	-	152.763	-	-	-	7.355	9.824	-	-	169.942
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	67.109	-	-	-	-	1.492	(68.601)	-	-
CCB Banco Modal, (Ponte)	Goyaz	-	-	44.000	-	-	-	882	(44.882)	-	-
CCB Banco Modal, (Ponte)	GBS	52.595	-	-	-	4.000	-	1.840	(58.435)	-	-
Debêntures	GBS	-	-	600.000	(32.757)	-	19.002	33.570	-	(20.851)	598.964
Total		52.595	368.316	828.736	(33.256)	4.000	28.973	60.166	(171.918)	(30.461)	1.107.149

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

c) Por vencimento

	<u>Consolidado</u>
2025	16.429
2026	17.436
2027	18.993
2028	20.563
2029	22.135
2030	23.670
2031	24.167
Após 2032	402.379
Total das obrigações	<u>545.772</u>

GBS Participações

A Companhia GBS Participações realizou a primeira emissão de 600.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiança adicional, no valor nominal de R\$1.000, em março de 2022. A amortização do valor nominal unitário atualizado será em 43 (quarenta e três) parcelas semestrais e consecutivas, observada a carência de 12 (doze) meses contados da data de emissão, sendo a primeira parcela em 15 de março de 2023 e a última em março de 2044, indexadas ao IPCA e com juros remuneratórios de 7,2731 % a.a.

Em março de 2022 a Companhia assinou o Contrato Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores, com participação igualitária, os bancos: Itaú Unibanco e Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (SMBC). Foram emitidas garantias bancárias em nome da GBS Participações S.A. no valor de R\$600.000 referente a Emissão de Debêntures. Os pagamentos da comissão de fiança serão pagos ao final de cada trimestre com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures. O custo é de 2,50% ao ano (base 360 dias), calculado de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão dos projetos detidos pela Companhia.

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios dos dividendos dos projetos de que é proprietária, dentre outros. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil alienou fiduciariamente as ações da GBS aos Credores.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não atingiu ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), exigido de acordo com a cláusula 6.1.2 (xiv) da Escritura de Emissão das Debêntures, entretanto o não atingimento do índice não configura vencimento automático antecipado, uma vez que o evento em questão precisa ser aprovado em assembleia para ser considerado evento de inadimplemento.

A administração da Companhia, por intermédio do Agente Fiduciário, está em processo de convocação de uma Assembléia Geral de Debenturista (AGD) para deliberação do pedido de waiver sobre o não cumprimento da obrigação descrita acima. Em função do não cumprimento da cláusula citada acima, a Administração da Companhia reclassificou o montante total das debêntures para o passivo circulante.

Borborema

A Borborema realizou, em novembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,10% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 28 (vinte e oito) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em janeiro de 2024 e a última em janeiro de 2045.

A Borborema firmou com o Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), em novembro de 2019, um contrato de financiamento no valor de R\$ 139.019. Sobre os valores prioritários, correspondentes a R\$ 120.218, incidirão juros remuneratórios de 1,4541%, acrescidos de IPCA, conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, correspondentes a R\$ 18.801, os juros serão de 1,7772%, acrescidos de IPCA. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em 15 de julho de 2023. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em 15 de dezembro de 2040. Até dezembro de 2023, a Boborema recebeu o montante de R\$136.238, sendo R\$118.036 destinados a áreas prioritárias e R\$18.202 destinados a áreas não prioritárias.

A Borborema firmou com o Banco do Brasil, em novembro de 2021, um contrato de financiamento no valor de R\$ 60.000, providos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) ("Financiamento BB-FDNE"). Sobre o Subcrédito I ("FDNE I"), no valor de R\$ 17.783, incidirão juros de 2,1512%, sobre o Subcrédito II ("FDNE II"), no valor de R\$ 42.216, incidirão juros de 3,1635%, ambos acrescidos de IPCA. O primeiro desembolso ocorreu em outubro de 2022, no valor de R\$ 36.264, o segundo e último aconteceu em agosto de 2023, no valor de R\$ 23.736.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Os pagamentos de juros e principal ocorrerão em 38 (trinta e oito) prestações semestrais consecutivas, sendo o primeiro pagamento em março de 2023 e o último em setembro de 2041.

Em novembro de 2021 a Borborema firmou o Contrato de Prestação de Garantias ("CPG"), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco, Santander e BTG. Foram emitidas, em nome de Borborema, fianças bancárias no valor de R\$50.000, referente à Emissão de Debêntures e ainda R\$139.000 referente ao financiamento do projeto junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). De acordo com o CPG, os pagamentos de comissão de fianças serão realizados ao fim de cada período trimestral, com base nos saldos atualizados da 1ª Emissão de Debêntures e do financiamento junto ao BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em junho de 2023 as cartas de fiança emitidas em favor dos debenturistas foram exoneradas pelo Agente Fiduciário, dada a Borborema ter atingido a Conclusão do Projeto, de acordo com a cláusula 4.22 da Escritura de Emissão das Debêntures. Em novembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança em favor do BNB foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos.

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, do Financiamento BB-FDNE e do CPG a Borborema cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 04 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Borborema aos Credores.

Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) que deve ser de no mínimo 1,20, índice que foi atingido em 2023.

Solaris

A Solaris realizou, em dezembro de 2021, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, indexada ao IPCA e com juros remuneratórios de 6,40% a.a. ("Emissão de Debêntures"). A amortização ocorrerá em 44 (quarenta e quatro) parcelas semestrais e consecutivas, observando o prazo de carência de 25 (vinte e cinco) meses, contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela com vencimento em fevereiro de 2024 e a última em fevereiro de 2045.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Em janeiro de 2021, a Solaris firmou um contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB”), no valor de R\$150.056, sendo aproximadamente R\$87.000 destinados a áreas prioritárias e R\$63.000 a áreas não prioritárias, conforme critérios definidos pelo próprio BNB (“Financiamento BNB”). Em maio de 2022, a Companhia recebeu o primeiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$75.390, sendo R\$43.664 destinados a áreas prioritárias e R\$31.726 destinados a áreas não prioritárias. Em novembro de 2022, a Solaris recebeu o segundo desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$52.266, sendo R\$30.188 destinados a áreas prioritárias e R\$22.078 destinados a áreas não prioritárias.

Em abril de 2023, a Companhia recebeu o terceiro desembolso referente ao financiamento com o BNB, no montante de R\$19.398, sendo R\$11.220 destinados a áreas prioritárias e R\$8.178 destinados a áreas não prioritárias. Os pagamentos de juros ocorrerão trimestralmente sobre ambos os valores até o início da amortização, em março de 2024. A partir desta data, os pagamentos serão mensais, juntamente com as prestações vincendas de principal, até o vencimento final do contrato, em fevereiro de 2045. Sob os valores prioritários, incidirão juros remuneratórios de 1,7576%, acrescidos de IPCA conforme metodologia de cálculo dos Fundos Constitucionais. Já sobre os valores não prioritários, os juros serão de 2,1482%, seguindo a mesma metodologia.

Em novembro de 2021 a Solaris firmou o Contrato de Prestação de Garantias (“CPG”), tendo como fiadores os bancos: Itaú Unibanco e BTG. Foram emitidas, em nome de Solaris, fianças bancárias no valor de R\$150.000 referente à Emissão de Debêntures e R\$150.056 referente ao Financiamento BNB. Os pagamentos de comissão de fianças são pagos ao fim de cada período trimestral com base nos saldos atualizados da Emissão de Debêntures e do Financiamento BNB. A comissão de fiança é de 1,35% ao ano (base 360 dias), calculada de forma simples e pro rata temporis, até a conclusão do projeto. Em dezembro de 2023 o CPG e as cartas de fiança, emitidas em favor do BNB e dos debenturistas, foram aditados, postergando a data de vencimento por mais dois anos.

Para garantir o fiel cumprimento das Obrigações Garantidas, principais e acessórias, assumidas decorrentes da Emissão de Debêntures, e do CPG a Companhia cedeu, em cessão fiduciária em garantia, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Credores os direitos creditórios do projeto de implantação do lote 20 do Leilão ANEEL nº 002/2018. Com o mesmo intuito de garantir as operações de financiamento, a Sterlite Brazil e a GBS Participações alienaram fiduciariamente as ações da Solaris aos Credores.

Em 31 de dezembro de 2023, inexistiu evento de vencimento antecipado da dívida relacionado a cláusulas restritivas (covenants), inclusive com relação ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que foi atingido em 2023.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Goyaz

Em fevereiro de 2022 a Goyaz firmou um empréstimo ponte no montante total de R\$44.000 com o Banco Modal, desembolsado integralmente em fevereiro de 2022.

Em março de 2022 a Goyaz quitou os empréstimos ponte com o Banco Modal nos montantes de R\$68.601 e R\$44.882.

13. Tributos diferidos

	Consolidado	
	2023	2022
IRPJ	38.075	37.289
CSLL	20.563	19.394
IR e CS diferidos	58.638	56.683
PIS	13.277	11.266
COFINS	61.276	51.991
PIS e COFINS diferidos	74.553	63.257
Tributos passivos	133.191	119.940
Circulante	5.808	4.894
Não circulante	127.383	115.046

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

13. Tributos diferidos -- Continuação

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado 2023		Consolidado 2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional líquida	260.522	260.522	849.136	849.136
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	(20.842)	(31.263)	(67.931)	(101.896)
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	(5.210)	(2.814)	(16.983)	(9.171)
Outros ajustes	4.447	1.619	(327)	(62)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(764)	(1.194)	(17.310)	(9.233)
Receita realizada	115.012	115.012	39.913	39.913
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo presumida	9.201	13.801	2.633	2.633
Receitas financeiras	2.687	2.687	1.838	1.838
Base de cálculo total	11.888	16.488	4.471	5.788
Outros ajustes	24	48	249	329
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.948)	(1.436)	(1.367)	(850)

Impostos diferidos

(i) o saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados é reconhecido sobre a receita de implementação da infraestrutura, remuneração do ativo contratual e as receitas de operação e manutenção da infraestrutura apuradas sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			
	31/12/2022	Outros movimentos	Reconhecido no resultado	31/12/2023
Ativo/passivo				
Imposto de renda	(37.381)	70	(764)	(38.075)
Contribuição social	(19.302)	(67)	(1.194)	(20.563)
Não circulante	(56.683)	3	(1.958)	(58.638)

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

13. Tributos diferidos -- Continuação

	Consolidado			
	31/12/2021	Aquisição de investimentos	Reconhecido no resultado	31/12/2022
Ativo/passivo				
Imposto de renda	-	(20.071)	(17.310)	(37.381)
Contribuição social	-	(10.069)	(9.233)	(19.302)
Não circulante	-	(30.140)	(26.543)	(56.683)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$475.820, representado por 475.820.000 ações ordinárias nominativas, integralizado, no valor nominal de R\$1 real cada.

b) Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantém reserva no montante de R\$ 9.624 em 31 de dezembro de 2023 e 2022).

c) Destinação do lucro líquido do exercício

<u>Destinação dos lucros</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	(6.666)	195.542
Absorção de prejuízos acumulados	-	(3.071)
Constituição da reserva legal (i)	-	(9.624)
Base de cálculo de dividendos	-	182.847
Dividendos mínimos obrigatórios (iii)	-	(1.828)
Reserva de retenção de lucros (ii)	-	(181.019)
Absorção de prejuízo do exercício	(6.666)	-

- (i) Reserva legal constituído com base em 5% do lucro líquido do ano, limitada a 20% do capital social
(ii) Reserva de retenção de lucros corresponde a parcela de lucro líquido do exercício excedente a reserva legal e ao dividendo mínimo obrigatório. A administração propõe a constituição de reserva de retenção de lucros nos termos do art. 196 da Lei 6.404/76. A Assembleia Geral dos acionistas deverá aprovar ou não a manutenção dessa reserva.
(iii) Mínimo obrigatório previsto no estatuto social de 1% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	2023	2022
Receita operacional bruta		
Receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	98.755	766.125
Remuneração do ativo de concessão	169.806	107.700
Receita de operação e manutenção	9.892	6.581
Total da receita bruta	278.453	880.406
Tributos sobre a receita		
PIS diferido sobre a implementação e margem da infraestrutura líquida	(1.125)	(4.035)
PIS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(1.351)	-
PIS diferido sobre operação e manutenção	(443)	(1.534)
COFINS diferido sobre a receita de implementação e margem da infraestrutura líquida	(4.665)	(7.487)
COFINS diferido sobre a remuneração do ativo de concessão	(6.940)	(18.214)
COFINS diferido sobre operação e manutenção	(1.866)	-
Total de deduções	(16.390)	(31.270)
Encargos setoriais	(1.541)	-
Receita operacional líquida	260.522	849.136
Custo de implementação de infraestrutura (Nota 16)	(90.931)	544.766
Margem de implementação da infraestrutura	3.938	200.702
Margem de implementação de infraestrutura%	4,33%	36,84%

16. Custos de implementação de infraestrutura

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal	(41)	(29.172)
Serviços de terceiros	(1.530)	(79.821)
Gastos ambientais	-	(2.837)
Terrenos	(12.406)	(3.493)
Edificações, máquinas e equipamentos	(77.923)	(365.167)
Servidão	6.926	(8.653)
Capitalização de juros	(2.986)	(34.819)
Outros	(2.971)	(20.804)
Total	(90.931)	(544.766)

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

17. Custos de operação e manutenção

	Consolidado	
	2023	2022
Pessoal	(355)	(1.597)
Serviços de terceiros	(7.224)	(2.343)
Outros	(3.041)	(460)
Total	(10.620)	(4.400)

18. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Pessoal e encargos	-	-	(7.333)	(1.564)
Serviços de terceiros	(419)	(1.617)	(4.421)	(9.354)
Material	-	-	-	(22)
Aluguéis	-	-	(275)	(88)
Tributos	(1)	(1)	(116)	(42)
Seguros	-	-	(2.753)	(2.577)
Tarifas bancárias	-	-	-	(18)
Outros	35	-	(332)	(49)
	(385)	(1.618)	(15.230)	(13.714)

19. Outras receitas e despesas

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Outras receitas (CDE)	8.589	-
	8.589	-

Refere-se aos valores a título da CDE (Conta Desenvolvimento Energética) liquidados no âmbito da CCEE.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

20. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	450	967	4.608	6.870
Outras receitas financeiras	-	-	75	-
	450	967	4.683	6.870
Despesas financeiras				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	(74.137)	(54.412)	(115.799)	(54.452)
Despesas bancárias	(307)	(345)	(1.283)	(429)
Pis/Cofins sobre rendimentos financeiros	(21)	(45)	(21)	(45)
Comissões, taxas e fianças (a)	(22.594)	(12.939)	(39.407)	(13.187)
Multas e juros	(18)	-	(609)	-
IOF	(12)	(179)	(24)	(711)
Outras despesas financeiras	(103)	-	(194)	-
	(97.192)	(67.920)	(157.337)	(68.824)
Resultado financeiro líquido	(96.742)	(66.953)	(152.654)	(61.954)

(a) Corresponde à apropriação do custo de comissão ao banco Modal referente à estruturação do empréstimo ponte via Cédula de Crédito Bancário (CCB).

21. Provisões para contingências

a) Contingências passivas – risco de perda provável

A administração da Companhia e de suas controladas com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para os processos em curso, como segue:

	Consolidado	
	Quantidade	Valor
Processos judiciais – Cíveis		
Saldo em 31/12/2021	-	-
Adições	144	13.213
Saldo em 31/12/2022	144	13.213
Adições	(10)	4.513
Saldo em 31/12/2023	134	17.726

Em 31 de dezembro de 2023, todos os processos relacionados a perdas prováveis da Companhia e de suas controladas referiam-se ao seguinte assunto: Ação de Constituição de Servidão, Fundiário.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

21. Provisão para contingências -- Continuação

a) Contingências passivas – risco de perda possível

A administração da Companhia e de suas controladas, com base em opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise do processo judicial, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para o mesmo, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre o mesmo foi constituída.

Em 31 de dezembro de 2023, os processos relacionados a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas estão representados conforme segue:

	Consolidado	
	2023	
	Quantidade	Valor
Processos judiciais		
Cíveis	1	52
	1	52

	Consolidado	
	2022	
	Quantidade	Valor
Processos judiciais		
Cíveis	1	46
	1	46

O processo relacionado a perdas possíveis da Companhia e de suas controladas referia-se a processos fundiários.

22. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia e das suas controladas é previamente aprovada pela diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e depósitos bancários		766	62.519	16.488	76.879
Partes relacionadas		51.282	50.470	51.282	50.470
Dividendos a receber		4.722	3.862	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	14.198	7.189
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	7.600	18.717	53.326	70.897
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores		5.164	539	28.437	87.429
Empréstimos, financiamentos e debêntures		622.369	598.964	1.197.645	1.107.149

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia e suas controladas classificam os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado.

Os instrumentos financeiros da Companhia e das suas controladas, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

22.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e das suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela diretoria da Companhia e das suas controladas. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e das suas controladas são:

a) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e das suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

Análise de sensibilidade

O ativo financeiro da Companhia e suas controladas está atrelado à variação do CDI. Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi de 31 de dezembro de 2023 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas estão atrelados à variação do IPCA do período somados as taxas fixas previstas em contratos firmados. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, no índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida com base nos valores existentes em 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade dos passivos financeiros inclui as taxas fixas dos contratos nos cenários de sensibilidade.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI e IPCA e seus impactos nos ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, adotando-se a data base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os próximos 12 meses e a partir deste, simulamos variações de redução de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) e de aumento de 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV) sobre as projeções de cada indexador.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

		Controladora 2023						
Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento			
			Cenário I (-50%)	Cenário II (- 25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)		
Ativos								
Equivalentes de caixa	CDI	7.600	11,65%	885	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
					443	664	1.328	1.107
Passivos								
Empréstimos, debêntures	IPCA financiamentos e	622.369	4,62% + taxas fixas do contrato	74.019	5,95%	8,92%	17,84%	14,87%
					37.009	55.514	111.028	92.524
		Consolidado 2023						
Indexador	Posição em 31/12/2023	Cenário provável	Risco de redução		Risco de aumento			
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (50%)	Cenário IV (25%)		
Ativos								
Equivalentes de caixa	CDI	53.326	11,65%	6.212	5,83%	8,74%	17,48%	14,56%
					3.106	4.659	9.319	7.766
Passivos								
Empréstimos, debêntures	IPCA financiamentos e	1.197.644	4,62% + taxas fixas do contrato	122.111	4,10%	6,15%	12,30%	10,25%
					61.055	91.583	183.166	152.637

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia e de suas controladas são nos termos do contrato de concessão a RAP, reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos cambiais

A Companhia e suas controladas fazem acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia e das suas controladas.

A administração da Companhia e das suas controladas não considera relevante sua exposição aos riscos acima uma vez que monitora o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação que julgue adequados para a continuação do negócio. Adicionalmente, variações relevantes nos indexadores que definem as taxas juros dos financiamentos da Companhia e das suas controladas são amenizadas pelo fato do contrato de concessão assegurar que a Receita Anual Permitida - RAP também está atrelada à índices inflacionários e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

22.3 Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas monitoram sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

23. Seguros

A Companhia e suas controladas possuem contratos de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 002/2018-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração pública, conforme apresentado a seguir:

Companhia	Fase	Garantias	Seguradora	Emissão	Vigência	Valor Segurado
Solaris	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	27/09/2024	R\$ 20.156
Solaris	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	05/07/2023	05/07/2024	R\$ 30.000
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	AXA Seguros	25/06/2021	15/04/2024	R\$ 345.091
Solaris	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	28/06/2023	28/06/2024	R\$ 377.331
Solaris	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	06/12/2021	28/02/2025	R\$ 83.078
Borborema	Construção	Risco de Engenharia	AXA Seguros	21/06/2021	30/09/2024	R\$ 283.282
Borborema	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	12/06/2023	12/06/2024	R\$ 30.000
Borborema	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	18/06/2023	18/06/2024	R\$ 410.315
Goyaz	Construção	Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros	20/08/2021	30/05/2025	R\$ 263.213
Goyaz	Operacional	Riscos Operacionais	Tokio Marine	30/06/2023	30/06/2024	R\$ 297.438
Goyaz	Performance Bond	Performance Bond	Swiss RE Corporate	13/09/2018	12/06/2024	R\$ 16.080
Goyaz	Operacional	Risco Civil	Chubb Seguradora	30/06/2023	30/06/2024	R\$ 40.000

GBS Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

24. Eventos Subsequentes

Em fevereiro de 2024, a Companhia não atingiu o saldo mínimo em contas de garantia previsto no Instrumento particular de cessão fiduciária de direitos creditórios em garantia e outras avenças. Esse não atingimento pode levar ao vencimento antecipado da dívida, conforme previsto na cláusula 6.1.1 item (i) da escritura da 1ª emissão de debêntures. A administração da Companhia já iniciou as formalidades previstas na escritura e está em tratativas com os debenturistas e agente fiduciário para organizar a instalação da “AGD” para solicitação de perdão temporário “waiver”. A Companhia não antecipa dificuldades na obtenção de declaração de não vencimento antecipado das referidas debêntures.